

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 7 de novembro de 2022 - Ata n.º 104.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **104.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário, Deputado Gilson de Souza, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 103, de 31 de outubro de 2022, antecipada do dia 1 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido... Não há expediente a ser lido. Vamos, então, ao Grande Expediente. Por proposição do Deputado Luiz Fernando Guerra, o Grande Expediente de hoje será destinado a ouvirmos o pronunciamento do Senador eleito pelo Paraná, Doutor Sérgio Moro. Anunciamos aqui a presença na Casa do Deputado Federal Deltan Dallagnol, Deputado eleito; da mesma forma, Matheus Laiola, Deputado Federal eleito; Padovani, Deputado Federal eleito; Tito Barrichello, Deputado Estadual eleito; Luis Felipe Cunha, primeiro suplente do Senado; Ricardo Guerra, 2.^º Suplente; Senhora Karina Trzeciak, Assessora; Senhor Carlos Zucolotto Junior, Assessor; Fabio Aguayo, também Assessor; Tiago Bührer, nosso Deputado Estadual também eleito; e Deputado Felipe Francischini, também presente aqui na Casa. Acho que citei todos. Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Luiz Fernando Guerra, para que faça a saudação ao Senador e aos nossos convidados e convidadas.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Fernando Guerra e o Sr. Sérgio Moro.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, Deputadas, paranaenses que nos acompanham e nos prestigiam nesta audiência pela *TV Assembleia*; público presente em nossa Sessão Plenária; nosso querido Excelentíssimo Sr. Senador da República, Juiz Sérgio Moro, representante legítimo do povo e do Estado do Paraná pelos próximos oito anos na Capital Federal. Foram 10 candidatos ao Senado em uma disputa política acirrada, que culminou com a vossa eleição no último dia 2 de outubro. Sob o mote de combater a corrupção, a velha política, os paranaenses foram às urnas e com um milhão, 953 mil, 159 cidadãos, homens, mulheres, jovens, que declararam o “444” e confirmaram, representando 33,5% do nosso eleitorado à eleição do

Professor, do Mestre, Doutor, Juiz Sérgio Moro, Ex-Ministro da Justiça, como Senador da República, representante do Estado do Paraná em Brasília. Destacando a celebração nesse último dia 3 de novembro, dos 92 anos da instituição do direito ao voto feminino no Brasil, saudamos ainda a eleição de sua esposa, Doutora Rosângela Moro, para a Câmara dos Deputados, com 217.170 votos. Um reforço considerável da bancada feminina, que aumentou quase 20% e cujas mulheres encabeçam a lista dos mais votados, em oito Estados e no Distrito Federal. A exemplo da participação das mulheres nesta Assembleia Legislativa Paranaense, que salta de cinco para 10 cadeiras na próxima legislatura. O nosso partido União Brasil, apesar de ser o mais jovem do pleito, nascido em 8 de fevereiro de 2022, foi o responsável pela eleição de 59 Deputados Federais, com cinco dentre os mais votados em seus Estados. Em sua primeira eleição, a União Brasil ganhou em quatro Estados e é o Partido com maior número de Governadores eleitos no País. Fizemos ainda 100 Deputados Federais, na qual saúdo os nossos do União Brasil aqui presentes, Padovani, Matheus Laiola, Felipe Francischini. Saúdo também o meu amigo Deltan Dallagnol. Ainda elegemos cinco Senadores, dentre os quais, honrosa e merecidamente, Vossa Excelência, em quem deposito a esperança e a certeza de que trabalharemos juntos, em parceria, em favor das demandas municipalistas e das bandeiras do nosso Estado, em favor da nossa boa gente. Senador Sérgio Moro, ilustre cidadão benemérito do Estado do Paraná, homenageado com a maior honraria paranaense por esta Casa de Leis, seja muito bem-vindo hoje e sempre. Destacamos a vossa trajetória vitoriosa a partir do ano de 1996, quando iniciou a carreira como Magistrado, como Juiz Substituto de Curitiba e que começou a lecionar na Universidade Federal do Paraná. Em 2002, assumiu a vara especializada em lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro nacional, aqui na nossa popular República de Curitiba, onde julgou casos como o Banestado Operação Farol da Colina. Em 2012, foi auxiliar da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, onde atuou em destacadas pautas nacionais. A partir de 2014, foi o responsável por julgar, em primeira instância, os crimes identificados pela força-tarefa da Operação Lava Jato. Encerrou os seus 22 anos de magistratura ao assumir em 2019 o Ministério

da Justiça no Governo Bolsonaro, do qual pediu exoneração no ano de 2020, para dedicar-se às pautas paranaenses e ter tido a motivação para disputar as eleições, que viriam coroar com êxito a vontade de fazer mais e melhor. Em nome dos paranaenses da região sudoeste, em especial e da minha família Guerra, em particular, quero falar da imensa honra em termos recebido o vosso convite pessoal para compor a chapa, com Vossa Excelência, por meio do nome do meu irmão, que aqui se faz presente e um dos maiores visionários da gestão empresarial do Estado do Paraná, Ricardo Guerra. Do suplente, aqui, que quero saudar também o 1.º Suplente, o ilustre amigo, competente Advogado Luiz Felipe Cunha. Recordo com saudade, Senador Moro, do seu *jingle* que tomou conta do Estado do Paraná e que ecoou pelos quatro cantos: “Trabalhando pelo povo para acabar com a corrupção. Com sua história e seu legado, sua coragem e disposição, batalhando pela lei com muita dedicação, o melhor para Paraná e para a nossa população. Chega do mesmo. Quero o novo. Quero o Moro no Senado.” Compartilho do vosso agradecimento público aos eleitores paranaenses após a vitória consagradora nas urnas. Muito obrigado a todos vocês, eleitores e apoiadores, a *Lava Jato* vive e vai chacoalhar Brasília novamente. Grande vitória. Vencemos todo o sistema político contra todos, poucos aliados políticos, mas valorosos. O Paraná e o Brasil terão um Senador forte e independente em Brasília, a exemplo da bancada que temos a honra de liderar nesta Casa de Leis e que se constitui na segunda maior potência eleitoral do Estado, com sete valorosos companheiros na Assembleia Legislativa e outros quatro grandes Deputados e competentes em Brasília. Agora é a hora do União a favor do Paraná. Um novo tempo, por um Estado mais forte, e como reafirmei em meu *slogan* vitorioso de campanha, com a gratidão aos 58.393 eleitores paranaenses, o nosso compromisso continua. Senador Sergio Moro, a nossa tribuna é vossa. Muito obrigado e parabéns. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, peço às galerias que se comportem. Peço às galerias que se comportem. Peço à nossa assessoria, por favor. Registro a presença na Casa dos acadêmicos do curso de Ciências Sociais e do curso de Pós-Graduação em Ciência Política da

Universidade Federal do Paraná, acompanhados pelo Professor Adriano Nervo Codato. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Tenho a honra de conceder a palavra neste momento ao Senador eleito, Senador Moro.

SR. SÉRGIO MORO: Boa tarde a todos. Queria cumprimentar esta Casa, tomo a liberdade de cumprimentar na pessoa do Deputado Traiano, Presidente. Quero agradecer aqui o gentil convite que me foi feito a partir do requerimento do nosso amigo, o Deputado Estadual Luiz Guerra. Cumprimentando na pessoa de ambos todos os demais Deputados Estaduais aqui presentes, a Mesa, Deputado Gilson, Deputado Romanelli, os demais Deputados. Quero também estender aqui um cumprimento especial ao Deputado Nestor Batista, da nossa terra, de Maringá, também do União Brasil, Deputado Luersen aqui presente. E cumprimentar em especial aqui o corpo político do União Brasil, que veio nesta data demonstrar essa força que foi mencionado pelo Deputado Guerra. Então, temos aqui o Deputado eleito Tito Barichello, temos o Deputado Estadual eleito, o Tiago Bührer, temos aqui também os Deputados Federais eleitos, o Nelson Padovani, Matheus Laiola, temos também o Deputado, não sei se ele prefere dizer que ele é um Deputado eleito, porque foi renovado o mandato, ou se é um atual Deputado, acho que deve deixar ele mais feliz é o fato de ter sido reeleito, então o Deputado reeleito federal aqui, Presidente, aliás, do União Brasil, o Felipe Francischini, e também presente aqui o nosso amigo, o Deputado Federal eleito, Deltan Dallagnol, que tanto honrou o seu País no combate à corrupção. Também cumprimento aqui o meu *staff* que me acompanha nesta data, que sempre foi muito especial. E um cumprimento aqui, tomando a liberdade, desculpe pela extensão do tempo dos cumprimentos, aos dois suplentes da chapa, o Luiz Felipe Cunha e o Ricardo Guerra, que tanto me honram e me deixam aquele conforto que se algo acontecer estará em boas mãos o meu mandato de Senado lá em Brasília. Mas quero dizer, agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, que é a voz do Estado do Paraná, voz legislativa, para agradecer os 1 milhão, 953 mil eleitores paranaenses que me honraram com esse mandato. Foi uma disputa bastante difícil, mas uma disputa difícil acho que é uma disputa mais valorizada também, valorizada porque tínhamos como concorrentes dois políticos

respeitáveis, o Senador Álvaro Dias e o Deputado Paulo Martins. E o fato de termos conseguido receber essa preferência, claro que foi uma escolha circunstancial, mas é valorizada pelo fato de estarmos disputando também com bons quadros de políticos paranaenses. A ideia de hoje é uma breve manifestação, é apenas um breve pronunciamento, para dizer que no Senado estarei à disposição do Estado do Paraná. Claro que um Senador, a partir do momento que ele é eleito, ele é um Senador do Brasil e ele vai estar focado, sim, nem projeto de nação, em um projeto de Brasil, mas ele também não perde e, ao contrário, ele fortalece os vínculos com a sua terra. Serei um Senador do Paraná e defenderei com afinco e garra todos os interesses do Paraná no Senado Federal. Por isso, quero me colocar à disposição desta Casa e da população paranaense para ser um veículo, um instrumento, para tratar desses temas dentro do Senado Federal. Teremos tempos desafiadores pela frente, infelizmente existe um cenário de economia mundial que talvez não seja o mais alvissareiro, fala-se em desaceleração da União Europeia, fala-se em desaceleração dos Estados Unidos e da própria China, o que, claro, traz reflexos aqui para o Brasil. Teremos também cenários econômicos desafiadores internos, vários problemas que terão que ser atacados já no início de 2023, como a questão relativa ao ICMS, às alíquotas que foram reduzidas, se as alíquotas serão restauradas ou não e qual será o impacto disso no âmbito da nossa economia, o potencial inflacionário disso. Temos também um desafio fiscal pela frente. Acompanhei recente e atentamente as palavras do Secretário de Fazenda do Estado do Paraná nesta Casa, o Doutor Renê falando dos impactos orçamentários que haverá em 2023 em decorrência da redução das alíquotas sobre energias e combustível, o que leva a um impacto no nosso orçamento aqui do Estado do Paraná igualmente nos serviços públicos a serem prestados para a nossa população, e temos um desafio aqui importante, porque foi eleito um novo Governo Federal e foi reeleito Governo Estadual. Minhas congratulações também para o Governador Ratinho Junior, a sua reeleição com um percentual estrondoso de aprovação, mas um novo Governo Federal sempre levanta uma série de dúvidas a respeito de como será a relação entre o novo Governo Federal e o novo Governo Estadual. E quero me colocar à disposição

também para ser um instrumento no que for possível para defender os interesses da população paranaense perante o Governo Federal e perante especialmente o Senado Federal. Isso sem abandonar aquelas pautas que são extremamente importantes e que fazem parte da minha história, primeiro a questão da segurança pública, e teremos aqui representantes importantes, não só na Câmara Federal, como o Deputado eleito Matheus Laiola, mas também aqui na Casa Estadual o Deputado Tito Barichello que vêm, ambos vêm da polícia, então tem a sua expertise, o seu conhecimento em segurança pública. Esse tema da segurança pública é essencialmente importante para o Brasil, especialmente porque estamos assistindo a uma redução do número de crimes nos últimos anos e essa é uma conquista que não deve ser perdida, porque os crimes desolam as famílias, infelizmente levam, muitas vezes, nossos entes queridos e temos que ter políticas públicas para cima de questões partidárias, mas que sempre permaneçam. E essa é uma pauta histórica com a qual pretendo trabalhar lá no Congresso Nacional. Temos também a pauta importantíssima do combate à corrupção. E é uma pauta também que tem que ser tratada de maneira apartidária, que é uma pauta de Estado, porque a corrupção é aquele dinheiro que é desviado, que falta na obra pública, que falta no serviço da educação, que falta no serviço da saúde, e não podemos tolerar qualquer espécie de desvio. E, tenho certeza de que, no Senado Federal, serei um instrumento não só para trabalhar essas pautas históricas, mas também essas pautas importantes que tratam da vida das pessoas, dos brasileiros e igualmente da vida dos paranaenses, as pautas econômicas, os projetos sociais, as questões fiscais, porque também sem responsabilidade fiscal não conseguimos ir adiante. E tenho certeza de que estarei muito bem acompanhado pelos meus colegas do União Brasil, que se tornou, na esteira que foi dito pelo Deputado Guerra, tornou-se uma força política que não pode ser ignorada, em qualquer lugar, seja no Congresso Nacional, seja no Poder Executivo, seja no Governo Estadual, seja também na Assembleia Legislativa. Registro aqui também a presença do Deputado Federal eleito Geraldo Mendes, o quarto membro da nossa Bancada Federal, do Paraná, do União Brasil, mostrando essa nossa representatividade. E tenho certeza de que o União Brasil, apesar de ser um

Partido político, com tudo que isso envolve de defender, sim, os seus interesses partidários, mas jamais vai colocar na frente do interesse do Partido o interesse do Brasil ou do interesse do Paraná. Tenho certeza de que juntos vamos trabalhar para melhorar a vida das pessoas porque, afinal de contas, é sobre isso que a política diz respeito. Então, Sr. Presidente, muito obrigado por esta oportunidade de falar nesta Casa Legislativa. E, mais uma vez, coloco-me à disposição, assim como tenho certeza de que os meus colegas do União Brasil, não só aqueles que atuam nesta Casa, que vão muito honrar esta Casa, mas também os Deputados Federais, podendo contribuir aí com as pautas que interessam ao Paraná e ao nosso Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Aproveitando a estada do Senador Moro aqui na Casa, acho que é oportuno fazermos algumas considerações. Está escrito na Constituição: “Todo poder emana do povo.” Portanto, saímos de uma eleição em que os brasileiros decidiram, pela sua maioria, pela escolha do novo Presidente da República e, da mesma forma, pela escolha de seus legítimos representantes na esfera do Legislativo Estadual, Federal e no Senado. Toda eleição há de se compreender que existem os resultados favoráveis ou desfavoráveis, mas o que está em jogo neste momento, na nossa visão, é a segurança jurídica da nossa democracia. O Parlamento Estadual e Federal é o epicentro da democracia brasileira, o ponto de equilíbrio da nossa democracia. É o nascedouro de todas as legislações, embrionariamente das leis e, portanto, tanto aqui quanto em Brasília, todos os segmentos da sociedade estão representados pela escolha livre e soberana do povo paranaense e brasileiro. Cada um tem a sua posição política, questões ideológicas. É do processo da democracia. Como Presidente desta Casa, entendo que é chegado o momento de termos a compreensão e a grandeza de trabalharmos todos juntos na pacificação deste País, entendendo o resultado das eleições. São normais as manifestações contrárias de indignação ao processo eleitoral, mas quem viveu uma ditadura sabe e tem a compreensão de que a democracia tem a sua excelência e que hoje os veículos e meios de comunicação têm a possibilidade de exteriorizar, enfim, tudo aquilo que acontece nos meandros da vida política, o que

no passado não tínhamos esta oportunidade. Portanto, é chegado o momento de todos juntarmos forças para que tenhamos a compreensão do que está em jogo neste momento, que é a vida dos brasileiros, é a nossa nação. Independentemente de quem esteja no Poder precisamos, enfim, dar a possibilidade de que faça um bom Governo. Esse é o nosso desejo. Caso contrário, os eleitos foram qualificados pelo voto popular, legitimados pelo voto popular e terão, por meio de suas ações políticas, se entenderem que o governante não esteja cumprindo rigorosamente o que estabelece a nossa Constituição, terão a oportunidade de tomar as medidas necessárias em relação a isso. Preocupam-nos muito os movimentos que estão acontecendo em todo País. Realmente é algo que deixa e pode pairar dúvidas em relação ao processo democrático e quero crer que devemos sepultar isso, tentar trabalhar no sentido de mostrar aos brasileiros e paranaenses que o processo eleitoral acabou. As urnas espelharam a vontade da população brasileira e todo e qualquer questionamento de urnas, na minha visão, seria também estarmos na contramão dos votos que nós mesmos, Deputados Estaduais, Federais e Senadores, recebemos. Acho que essa leitura precisamos ter. Observo aí grandes movimentos, desde que democraticamente respeitosos, merecem também o nosso aplauso, mas é chegado o momento de começarmos a construir o novo Brasil, de quem alicerçou, por meio de suas mensagens de propostas, que possam implementá-los. E, caso contrário, tenhamos as forças necessárias para, se não cumprir rigorosamente com aquilo que estabelecem as regras do jogo, venhamos, enfim, em um novo processo, quem sabe, sucumbi-lo do cargo. Mas agora é o momento de todos termos essa compreensão de que precisamos tomar medidas necessárias para conter as inflamações que estão, enfim, acontecendo em todo País, manifestações que, na nossa visão, não chegarão a lugar algum, a não ser mostrar a indignação. Então, Senador, conheço a sua posição, como dos demais Deputados que aqui estão eleitos, Federais, Estaduais. O Parlamento é para isso, mostrar a sua posição ideológica, seus pensamentos em relação ao processo político, usar as tribunas para expressar as suas indignações, mas sempre respeitando o processo democrático. Entendendo que a vontade da

maioria da população é soberana e esta é a nossa responsabilidade enquanto estivermos investidos dos cargos. E, como Presidente de um Poder, tenho essa preocupação e quero crer que todos precisamos cerrar fileiras para estancarmos qualquer movimento que possa colocar em risco a democracia do nosso País. Seja bem-vindo à nossa Casa. Parabéns pela sua eleição. **Vamos suspender a Sessão por instantes**, para que possamos fazer os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Registro a presença na Casa do Prefeito de Cambé, Sr. Conrado Scheller, e também do Prefeito de Bela Vista do Paraíso, Sr. Fabrício Pastore, o Jacaré, por solicitação do nosso grande Deputado Tiago Amaral e do Deputado Boca Aberta Junior. Sejam bem-vindos aqui na Assembleia. Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Professor Lemos.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas ao tempo que cumprimento todos os nossos visitantes e também a todos e todas que acompanham a Sessão remotamente. Quero cumprimentar a Professora Walkiria, Professora Walkiria é Presidente Estadual da APP, a funcionária Nádia, Nádia também é da Direção Estadual da APP, funcionária de escola. Hoje, Sr. Presidente, fizemos uma Audiência Pública na Assembleia, pela manhã, com a presença de estudantes, de professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas; também com várias instituições. A APP-Sindicato estava presente, mas estavam, também, universidades federais, universidades estaduais, a presença do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual do Paraná, a presença de inúmeras lideranças de modo remoto. E hoje o espaço da Assembleia ficou pequeno para tantas participações. A Audiência Pública também contou com a presença da Deputada Luciana Rafagnin, do Deputado Tadeu Veneri, também do Deputado eleito Renato Freitas, da Deputada eleita Ana Júlia e do Deputado Arilson

Chiorato. Organizamos a Audiência Pública para debater o Edital, Edital n.º 2/2022, da Paraná Educação, que pretende entregar, em um primeiro lote, 27 escolas estaduais para a iniciativa privada fazer a administração. O Governo chama isso de *Projeto Parceiro da Escola*. Não é parceiro. São empresas privadas que o Estado está convidando para receber, Deputado Maurício Requião, receber R\$ 800,00 por mês, por aluno, para fazer a gestão dessas escolas. O estudo foi feito pelo Cid Cordeiro, que é economista e já foi Coordenador do Dieese do Paraná, e ele chegou à conclusão de que ao repassar R\$ 800,00, por aluno, a empresa terá um custo de R\$ 600,00. Vai lucrar R\$ 200,00 por mês, por aluno. Vejam que é dinheiro que será entregue para empresas privadas. O custo será de R\$ 600,00 por mês, mas o Estado vai repassar 800, sobrando R\$ 200,00 por aluno, por mês, no bolso de empresários. Isso é um absurdo porque o Estado não vai fechar a Secretaria da Educação, não vai fechar os 32 Núcleos, não vai suspender esses que já atuam na gestão da educação pública do Estado do Paraná. Vai continuar mantendo, mas vai ainda contratar empresas privadas para fazer a gestão de escolas públicas. Isso é desperdício do dinheiro público, desperdício que o Estado já está fazendo ao ter terceirizado a contratação de funcionários de escolas. Vejam quanto custou, quanto custou isso em 2021. Em 2020, o Estado gastou 320 milhões com funcionários de escolas contratados pelo PSS, funcionários Agente Educacional I e Agente Educacional II. Em 2021, o Estado gastou 536 milhões. Foram 216 milhões a mais para fazer o mesmo serviço nas escolas. Então... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Estado, Sr. Presidente, gastou, o ano passado, 216 milhões a mais, porque terceirizou a contratação de funcionários. Esse dinheiro foi parar no bolso de 14 empresários, que estão contratando funcionários e colocando para trabalhar nas escolas, e os funcionários recebendo menos e as escolas com mais dificuldades para funcionar. Esta proposta chamada de *Parceiros da Escola* é uma forma de repassar dinheiro público da educação

para empresários. Está errado! Por isso, em Audiência Pública, concluímos que o Estado precisa suspender imediatamente esse edital e fazer a gestão como sempre fez: diretamente pelo Estado, sem terceirizar as escolas estaduais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Luiz Claudio Romanelli (PSD); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); Arilson Chiorato (Oposição); e Tiago Amaral (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e os que nos acompanham pela *TV Assembleia*. Alguém deixou uns óculos aqui. Não sei se foi o Moro. Bom, o que está acontecendo no nosso Brasil hoje? Por que milhões de brasileiros estão se manifestando nas ruas? Movimentação pacífica, como sempre, das famílias brasileiras, que vão de verde e amarelo. E sempre pacífica. Diferente de outras manifestações, onde tem queima de pneu, destruição de patrimônio público. É muito diferente. Quando acaba a manifestação, está tudo limpo. O porquê de tudo isso, gente? O que está acontecendo no Brasil? Vou voltar um pouquinho, alguns meses atrás, quando o Congresso estava aprovando a urna eletrônica com o voto impresso. O STF lutou muito para que não fosse aprovado, chegou a ir lá ao Congresso Nacional fazer *lobby* com líderes de partidos, para não aprovar voto eletrônico com voto impresso junto, como a maioria dos Países no mundo já mudou, já evoluíram. Qualquer País que tem seriedade, quanto mais transparência melhor. E disse nesta tribuna: quem não quer transparência, quem não quer evolução está com má-fé. Então, o povo brasileiro tem todo o direito de se manifestar, todo o direito. Quem é o culpado? O próprio STF e o TSE que não quiseram implantar, que era muito fácil, continuaria o voto eletrônico e o comprovante impresso ficaria dentro da urna. Agora, se tivesse alguma dúvida fazíamos o confronto do HD com o voto impresso, simples, mas não quiseram. Aí vimos uma eleição totalmente parcial, uma eleição que o TSE só defendia um candidato, o TSE virou advogado do Lula,

de uma pessoa que nem concorrer podia porque é um presidiário condenado, julgado e condenado. Jamais podia concorrer. Em qualquer País sério não ia concorrer. Graças a uma canetada do Ministro Fachin, deixou, não absolveu, mas anulou o processo. Uma vergonha! Uma manobra jurídica vergonhosa, que envergonha o Brasil perante o mundo. Aí se não bastasse isso, aqui no Brasil, hoje, vivemos realmente, literalmente uma ditadura do Judiciário. Olha só, gente, na Nicarágua, na Nicarágua foi determinado que terá lei na Nicarágua que prevê pena de prisão para quem o Governo considerar que publique notícias falsas. Lá é ditador, amigo do Lula. Ok? Norma conhecida como *Lei Mordaça*. Não afeta apenas jornalistas, mas também qualquer cidadão que fizer críticas à administração de Daniel Ortega, com plataformas digitais. Alguma semelhança com o Brasil? Exatamente o que o Alexandre de Moraes determinou: não pode contestar as urnas. Todo mundo que fala alguma coisa tem que responder para Polícia Federal. É bom alguém avisar ao Alexandre de Moraes que no Brasil vivemos uma democracia e ele não manda no País. Quem manda aqui é o povo. O povo é soberano. E não adianta querer proibir manifestações, não. Isso é constitucional. É um direito de qualquer cidadão em um País onde impera a democracia como aqui. Ainda impera. Ok? Não sabemos se este novo Governo assumir se vai continuar assim. Se ele quiser copiar os amigos dele, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, Chile, caminharemos para uma ditadura comunista também em nosso Brasil. Agora, foram feitas aí auditorias nas urnas e foram revelados, todos dados que foram pegos no próprio *sítio* do TSE, e mostraram que as urnas de 2020 para cima, que foram auditadas e são criptografadas, não tiveram erros. As urnas abaixo de 2020, que não são criptografadas e nem auditadas e facilmente manipuladas, deu uma diferença brutal. Milhares de urnas deram zero voto para o Bolsonaro. Isso não existe. Estatisticamente não existe, não tem como acontecer isso. E, após essas denúncias, muitas pessoas estão mandando vídeos mostrando comprovantes e dizendo: *Na seção número tal votei em Bolsonaro e apareceu zero voto*. São várias, várias, fora as seções que sumiram também, que não sei por que, o que o TSE fez. Então, o TSE deve explicações à população brasileira. Ele tem que responder: onde foram parar os

votos. A pessoa está lá dizendo: *Votei e meu voto não está lá*. Aí pergunto: e se fosse o contrário? Será que o povo ia ficar quieto? E esse tipo de manipulação só ocorreu na eleição para Presidente. Para Governo, Senado, Deputados, não. Por isso que tem municípios ou Estados em que o Bolsonaro elegeu vários Deputados e ele mesmo não teve votos. Ora, será que ninguém enxerga o que aconteceu aqui? O mundo já está enxergando o que está acontecendo no Brasil. Essas manchetes, essas imagens foram para o mundo inteiro, todo mundo já está contestando essas eleições. Sem contar as milhares de inserções de rádio que foram tiradas do Presidente, na campanha do Bolsonaro, e jogadas para o Lula. E o nosso TSE, o Presidente de lá apenas disse que não era responsável, e nem investigar investigou. Ora, isso realmente é uma vergonha e a população não vai se calar e não vai parar. Vivemos em uma democracia. Isso aí não tem nada a ver com Bolsonaro, não, é a população brasileira que não aceita esse tipo de imposição. Vou relembrar aqui algumas atitudes do TSE durante a campanha. *TSE diz que é crime Bolsonaro tentar reduzir preço dos combustíveis para consumidor*. Não é ele quem diminui, é a Petrobras. O TSE disse que era crime. *Carmen Lúcia proíbe propaganda de Bolsonaro que associa Lula ao aborto*. Era o Lula falando. Ele falando, não podia. *TSE proíbe campanha de Bolsonaro de usar imagens de sua visita a Londres*. Por quê? Qual é o problema de mostrar a imagem de Londres? Não é uma verdade? Não esteve lá? Mas o TSE achou que poderia favorecer o Presidente Bolsonaro; ele queria que favorecesse o Lula. *TSE proíbe Bolsonaro de usar imagens do discurso da ONU em campanha eleitoral*. Olhem cada absurdo, gente, que não tem nem cabimento! *TSE multa Bolsonaro em R\$ 20 mil por reunião com embaixadores*. *Carmen Lúcia ordena a remoção de outdoor de apoio a Bolsonaro no Distrito Federal*. *TSE determina a remoção de publicações com áudio de Lula sobre Palocci*. Era a pessoa falando, nenhuma mentira. *TSE proíbe Bolsonaro de fazer lives no Palácio da Alvorada*. Agora a pior: *Carmen Lúcia mantém vídeos em que Lula chama Bolsonaro de genocida*. Se alguém não vê parcialidade nisso, ou está cego, ou conivente com o maior ou, melhor, a mais escrachante eleição que tivemos em nosso País. E muito do que está acontecendo no Brasil hoje tem um culpado também, não é apenas o STF e o

TSE. Esses são os principais culpados, que não quiseram que tivéssemos aqui urnas mais transparentes, como a maioria do mundo mudou o voto eletrônico com o voto impresso, que fica dentro da urna, que ninguém pega. Não quiseram de jeito nenhum! Como é que alguém luta tanto contra isso? Agora, pior é o nosso Senado do Brasil, uma vergonha, principalmente o Presidente do Senado, Sr. Rodrigo Pacheco. Covarde, traidor do povo e traidor da pátria, prevaricando o art. 52. O Senado é o único que pode frear o STF e o TSE e esse covarde não faz isso. Senador Rodrigo Pacheco, o senhor vai deixar um legado, uma herança para a sua família, de um Senador que foi o traidor do nosso Brasil. O senhor não tem vergonha na cara! E a maioria dos Senadores, infelizmente, não tem comprometimento, estão calados vendo essa vergonha toda em nosso País. Esses desmandos todos que houve do STF em cima do Executivo e do Legislativo, o Senado se calou, ajoelhou-se perante eles. Lamentável a atitude de Senadores que não deveriam estar lá. Mas, o povo está vendo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir, Sr. Presidente. O que aparenta para nós, o que aparenta para grande parte dos brasileiros é que quem elegeu o Lula não foi o povo, foram as urnas, as urnas antigas. O próprio Senador, o pai aqui, o Senador Requião, pai do Deputado Requião Filho, disse, na época em que ele estava fazendo essa lei para obrigar que tivesse na urna eletrônica o voto impresso, que quem não quisesse votar a favor era um ladrão que queria roubar. Será, Deputado Requião, que seu pai continua com a mesma opinião, ou ele mudou de opinião quando foi para o PT? Não podemos mudar a opinião, temos que lutar sempre por transparência e porque é honesto. E não vamos nos calar aqui! Temos o direito de falar, de nos manifestarmos pacificamente. Isso é democracia e este artigo constitucional ninguém vai tirar, nem o STF. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, quem ouve o Deputado Ricardo Arruda falando aqui desta tribuna até acredita mesmo no que ele está falando. Ora, ele acabou de ser eleito, reeleito, aliás, com uma bela votação como Deputado Estadual pelo Paraná, 66 mil votos, com todos os eleitores dele votando na urna... Desculpe-me, quantos? Sessenta e oito mil e setecentos votos! Quero dizer o seguinte, Deputado, todos os seus eleitores votaram por meio da urna eletrônica. Então, a mim me parece que o senhor tem uma contradição insanável na base do seu raciocínio. Mas o fato concreto é que podemos gostar ou não do resultado das eleições, Deputado Gilberto... Gilson, desculpe-me! Nossa Senhora, chamei o Gilberto e o Gilson aqui! Ainda bem que não tem nenhum Genésio, senão já complicava. Mas o fato concreto, Presidente Traiano, é que a sua fala é a fala do parlamento, a sua fala é a fala da instituição, a sua fala é a defesa do Estado democrático de direito, a sua fala, Presidente, é a fala que todos nós que exercemos funções públicas e temos a responsabilidade de representar o povo devemos falar, porque fomos eleitos e reeleitos, e alguns até não foram eleitos, mas todos sabemos que participamos de um certame, de uma eleição onde o processo democrático foi respeitado, onde as regras do processo eleitoral foram eficazes, onde temos neste País milhares de Promotores e Juízes eleitorais. Em cada comarca são centenas, milhares de técnicos em informática da Justiça Eleitoral, trabalhando nos cartórios eleitorais, nos fóruns da Justiça Eleitoral em todas as comarcas, em todo o Brasil, trabalhando para que o sistema pudesse ser um grande exemplo, exemplo de licitude, exemplo de correção. Ora, data vénia, vem um consultor argentino ligado ao filho do Presidente Bolsonaro, um argentino que integra a extrema direita argentina fazer auditoria de um sistema que é auditável e auditado o tempo todo, por todos os órgãos da nossa nação, inclusive pelo Tribunal de Contas da União, que auditou. Olha, não aceitamos no Brasil golpe! Sei que tem muita gente, ouvi até um médico psiquiatra fazer uma leitura sobre o que está acontecendo, ele chama de dissonia cognitiva coletiva o que

temos visto, pessoas que estão em delírio, eles se recusam a aceitar a realidade. Não é o caso do Deputado Ricardo Arruda, porque ele sabe muito bem qual é a realidade, ele não está em delírio nenhum, muito pelo contrário, ele sempre está muito presente, só faz a política da forma com que entende que deve ser feita. Mas, então, não é o caso dele. Mas tem muitas pessoas que infelizmente foram estimuladas de uma maneira em que se misturou tudo na cabeça da pessoa e esse é um processo, minha gente, que teremos que ter paciência para poder sair desse processo, porque as narrativas que foram criadas são as narrativas fantasiosas sobre o processo eleitoral e sobre tantos outros temas. Da nossa parte, só podemos manifestar é, primeiro, quem aqui como eu é mais vivido e viveu a época da ditadura sabe o que é uma ditadura, porque tem alguns que acham que a ditadura é seletiva: *Ah, não, vamos pedir uma intervenção militar ou uma intervenção federal.* E acham que é só meia, não será para mim, será só para os outros. Na verdade, inclusive, todos que apoiaram o Golpe de 64, aqui no Paraná e fora do Paraná, no Brasil, os civis foram os primeiros a serem cassados pelo Golpe de 64, pelo Governo Militar. O fato concreto, minha gente, não tem regime melhor do que a democracia. A ditadura é a perseguição, é a tortura, é a morte, é o obscurantismo, é a exclusão. A ditadura caiu de pobre no Brasil, depois de 21 anos. Quando restabelecemos a democracia, restabelecemos o maior bem que um País pode ter. Democracia tem defeitos? Tem muitos. Mas é muito melhor trabalhar com os defeitos da democracia do que aceitar regimes ditoriais, sejam eles de direita ou de esquerda. O País tem uma Constituição Cidadã, uma Constituição Democrática. Os pressupostos que temos para os Parlamentos, para a Câmara Federal, para o Senado, para esta Assembleia Legislativa, o nosso ordenamento jurídico é respeitado. Todos temos que fazer, minha gente, como sempre diz, aliás, o bendito Presidente Bolsonaro, cumprir dentro das quatro linhas da Constituição. É assim que vai jogar o governo do futuro Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, porque sabemos que foi assim que ele Governou durante o período, que exerceu o primeiro cargo desta Nação aqui. Democracia não é aceitar e dizer que concordamos com tudo o que o outro faz, mas democracia é respeitar as regras do jogo democrático. Houve eleição, os

eleitos já foram proclamados eleitos, foram divulgados como eleitos. No dia 19 de dezembro haverá a proclamação, inclusive, a diplomação dos eleitos, dos Deputados Estaduais, aqui, as Deputadas e Deputados Estaduais, aliás, 10 novas Deputadas Estaduais eleitas, Deputados Federais, Senador da República, Governador, Vice-Governador e, da mesma forma, nos outros Estados e na União também, onde o TSE diplomará o Luiz Inácio Lula da Silva, pela terceira vez para Presidente da República do Brasil e com ele o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin. Fato concreto, minha gente, que o mais é o *jus speriandi*. Que as manifestações que possam acontecer em frente aos quartéis não atrapalhem muito o trânsito e nem ponham em risco a segurança da vida das pessoas. Bloqueios ilegais na estrada, não. Não dá para aceitar. O Ministério Público, inclusive, está tomando medidas bem radicais em relação a esse tema, para que possamos ter a garantia do ir e vir, que é um direito sagrado de todo o povo paranaense e brasileiro. Agora, as manifestações, desde que pacíficas e que não atentem contra o Estado democrático de direito, elas podem ser realizadas, até porque é livre a manifestação na democracia, porque na ditadura, certamente, seriam reprimidas. Por isso, que temos que agir com muita tranquilidade, muita paciência e, ao mesmo tempo, com muito respeito à nossa Constituição e o respeito humano, das pessoas, os seus direitos humanos. Fundamentalmente, esta Casa aqui tem o dever, como fez bem o Presidente desta Casa, o Deputado Ademar Luiz Traiano, de defender a democracia e defender o Estado democrático de direito. É para isso que fomos eleitos e juramos cumprir a Constituição do Paraná e do Brasil. Era isso. Viva a democracia e viva o Brasil!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Fizemos, o Deputado Romanelli, a Deputada Luciana e o Deputado Arilson, como já foi dito aqui pelo Deputado Romanelli também, fizemos uma visita hoje ao Ministério Público e pretendemos fazer também, já solicitamos ao Presidente do Tribunal de Justiça. Vamos tentar buscar uma audiência com o

Governador do Estado, da mesma forma com a Defensoria Pública da União do Estado, assim como também com o Ministério Público Federal, porque entendemos que é necessário que algumas situações, como essas que o Deputado Romanelli e o Presidente Traiano já abordaram, sejam entendidas não como situações de Partido “A”, “B” ou “C”, Deputado Michele, mas como situações extremamente graves e sérias que comprometem todo um projeto de Estado, não um projeto de Governo, mas um projeto de Estado. Quem teve a oportunidade de assistir, ontem, talvez poucas pessoas tenham visto o documentário feito pela *Band*, pela *Globo News*, perdão, sobre o golpe do Chile de 1973, talvez tenha um pouco a dimensão, Deputado Romanelli, do que é um Golpe de Estado. Falo isso porque não havia visto, assisti ontem até por acaso, às 11 horas da noite, uma coisa que me chamou muito a atenção. Não vou me delongar nisso porque já foi abordado, aqui, já sabemos que estão sendo tomadas as providências. Não sei, Deputado Romanelli, se o Presidente Traiano ou Vossa Excelência citou, mas há uma central que pode ser acessada. Ela pode ser acessada pelas pessoas que tiverem denúncias para fazer, que tiverem registro para fazer de processos irregulares e ilegais que estejam sendo feitos, sejam eles urbanos ou seja nas rodovias federais, estaduais ou nas vias públicas nas cidades, porque aí é possível que, a partir desse plantão no Ministério Público do Estado do Paraná, sejam tomadas as devidas providências. Como disse o Deputado Romanelli, as manifestações sempre são necessárias, legítimas e bem-vindas dentro da legalidade, quando não o impede de fazer aquilo que é o seu direito, que é o de transitar. Obviamente que há algumas vezes que as pessoas se incomodam e não sou favorável a esse tipo de forma de você, independentemente de quem venha, Deputado Romanelli, é uma posição muito pessoal minha, independentemente de quem venha, de você fazer com que outras pessoas sejam obrigadas a perder o seu dia de trabalho por conta daquilo que você está fazendo. Sempre foi assim. Nos sindicatos bancários, muitas vezes, as pessoas resolviam que tinham que, por conta de greve, trancar o encontro das Marechais aqui em Curitiba. Sempre fui contra. Então, é uma coisa bastante coerente de minha parte, acredito eu, sempre ter sido contra isso, porque acho que as pessoas não precisam perder. Vi agora

nesses dias de paralisações fatos lamentáveis. Fatos lamentáveis! Pessoas que perderam consultas médicas. O caso de um transplante que não pôde ser feito, depois de meses ou anos a pessoa esperando um coração e que na hora que aconteceu não pôde ser, porque trancaram. Ambulâncias que não puderam chegar. Bombeiros que quase foram linchados, como foi o caso de União da Vitória. Pessoas que tiveram os seus carros apedrejados pela cor do carro. Pessoas que foram agredidas dentro do carro. Uma mãe com uma criança autista, que não podia passar, a criança com 38 de febre, porque ela tinha que dizer em quem ela tinha votado. Então, essa estupidez, essa imbecilidade, que parece que acomete em determinados momentos, porque as pessoas não são razoáveis e não podem ser defendidas. Por isso, quero deixar, aqui, foi-nos dito com todas as letras que esse é o plantão, Deputado Nereu, que as pessoas do Estado do Paraná podem procurar. Plantão do Ministério Público do Paraná (41) 99108-8101, (41) 99108-8101. Procurem, é preciso que as pessoas façam isso. Não vou fazer comparações, aqui, Professor Tercílio, com outros movimentos, se tivesse movimento. Aqui temos cerca de 200 mil pessoas morando em áreas irregulares em Curitiba e Região Metropolitana. Se a exemplo do que está acontecendo, hoje, tivéssemos 10 mil pessoas, 10 mil pessoas em frente a alguns locais, fossem quais fossem, se ficassem ali, se a Prefeitura deixaria fechar a rua, se a Prefeitura deixaria fazer um barulho ensurcedor, se o Estado deixaria que trancassem rodovias por dias – não acredito que isso fosse acontecer. Não acredito, porque a experiência disse que isso não aconteceria. Então, acredito que essas coisas tenham que ter uma solução e terão. Espero que seja pelo bom senso, porque, afinal de contas, as eleições terminaram, há um eleito e esse eleito chama-se Luiz Inácio Lula da Silva. Só para que nós, até falei aqui para o Deputado Michele, porque as coisas acho que também temos motivos, às vezes, para achar as coisas e sempre achar algum motivo para, não diria rir, porque as coisas não são para rir, o momento é muito grave, mas brincava com as pessoas, aqui, Professor Lemos, que já vi greve por falta de rodovia; já vi greve por falta de condições de trabalho; já vi greve por falta de aumento salarial; já vi greve por falta de funcionários públicos, agora, ver greve por falta de voto é a primeira vez que vejo

na minha vida. Nunca vi alguém fazer greve por falta de votos, e parece que é isso que está acontecendo. Não deu, não deu, agora toca a vida. E quero aqui também, Sr. Presidente, hoje de manhã tivemos, o Professor Lemos já abordou, uma Audiência Pública promovida pelo Professor Lemos e diversos Deputados que estiveram lá, sobre a situação das 27 escolas. E agora chega até nós outra situação aqui que é da escola Suzi Cristina Silva, infraestrutura, que é uma escola que está, Colégio Estadual Professora Suzi Cristina Silva e Silva, localizado no município de Fazenda Rio Grande, que tem uma contratação de empresa terceirizada, protocolo 19.4281745, localizado no município de Fazenda Rio Grande, terceirizada com a finalidade de fornecer, Deputada Luciana, matéria-prima, gêneros alimentícios, executar o preparo, cocção, distribuição e higienização, transporte de refeições embaladas tipo *marmitex*, bem como dispor de ambiente próprio para o preparo de refeições, instalações, equipamentos, *blá, blá, blá*, mão de obra especializada pelo período de 200 dias letivos, para fazer, data e horário da disputa, dia 25 de novembro, daqui alguns dias, prazo, valor máximo, R\$ 1 milhão, 936 mil, e o pregão eletrônico do Banco do Brasil com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional. Ora, estamos discutindo aqui, Professor Lemos, a terceirização da merenda que já no ano passado impedimos que acontecesse por meio de um movimento aqui nesta Casa. O Governador Ratinho não conseguiu fazer com os 120 milhões que pretendia, agora está fazendo pequenas experiências em escolas para ver se terceiriza a merenda. Nesse caso, *marmitex*, não é nem feito na escola, *marmitex*. Vimos hoje a barbaridade que se pretende fazer no Estado do Paraná com as 27 escolas privatizadas e que o prazo termina agora, daqui a quatro dias. Solicitamos inclusive ao Governador uma série de informações, não foi aprovado aqui como pedido de informações, foi aprovado como envio de expediente, aliás, houve um equívoco, falei inclusive com a Doutora Isabel, houve um equívoco, não má-fé, mas um equívoco, porque passaram sem nos consultar como um pedido não de informações, mas apenas uma consulta, e vamos refazê-lo. Agora, é verdade que o Estado do Paraná tenta ser vanguarda do atraso, a vanguarda do atraso passou a ser o Estado do Paraná. Tudo aquilo que o Brasil de certa forma rejeita porque

não deu certo, parece que se tenta fazer novamente aqui. É assim com a Escola Cívico-Militar, que não funcionou, que não funciona, sabemos dos problemas, tem sido assim com a merenda, tem sido assim com a Unicesumar, tem sido agora com a história de privatizar escolas. Ora, acho que o próximo passo, talvez alguns até achem que seria interessante, Deputado Homero, se privatizarmos o Governo, porque ele vai privatizando tantas coisas, tantas coisas que daqui a pouco fica o quê? Não tem educação. *Ah, não, mas educação é um direito do cidadão, dever do Estado, direto ou indiretamente.* Sabemos como é que são as experiências indiretas. E trago aqui uma preocupação, porque ninguém faz isso. Alguns colégios já se manifestaram, Acesso, Dom Bosco, Positivo, interesse em administrar essas escolas, mas obviamente que não é por benemerência, e nem poderia ser. É, claro, como um nicho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. E vamos fazer esse enfrentamento porque é o nosso papel. Mas deixo aqui também uma mensagem que é, discuti, não deveria ter feito, mas discuti com algumas pessoas sobre isso na última semana, inclusive sobre o processo de cárcere privado que alguns estão submetidos nesse processo de rodovia. Quero deixar uma mensagem aqui que é hoje, do Evangelho de hoje, pelo menos uma parte, que é uma mensagem que gosto muito, Sr. Presidente, que é a proclamação do Evangelho Jesus Cristo segundo Matheus. “Jesus, vendo as multidões, subiu ao monte, sentou-se, os discípulos aproximaram-se, Jesus começou a ensiná-los: bem-aventurado os pobres em espírito, porque deles é o reino dos céus; bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados; bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra; bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados”. Talvez tenhamos que ouvir mais isso e menos ódio. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Uma semana depois das eleições, milhões de brasileiros ainda seguem protestando nas ruas do País, e a indignação, é claro, é contra a volta à Presidência do líder do maior esquema de corrupção que já se teve notícia do mundo, responsável talvez pelo desvio de mais de bilhões de reais, e nenhuma anulação judicial muda isso, nenhuma anulação, por exemplo, muda o retorno de R\$ 430 milhões para os cofres da Petrobras, ou a devolução de quantia equivalente à Mega Sena da virada em delação premiada por alguns corruptos. O dinheiro existe, não está sendo devolvido por benemerência. A indignação também é contra à atuação do Supremo Tribunal Federal e do seu braço, o Tribunal Superior Eleitoral, antes, durante e após as eleições. Todo mundo se lembra, em abril de 2021, quando a pandemia estava em um dos seus ápices no Brasil, e talvez por isso mesmo o Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo em que ratificava as decisões do “fique em casa”, começa a anular as condenações da Justiça Federal em Curitiba, contra Lula, tornava-o elegível de novo e prenunciava a sua candidatura à Presidência novamente. Lula sempre foi muito competitivo eleitoralmente e por isso foi escolhido como candidato do sistema judicial e midiático brasileiro. Os principais veículos de imprensa televisava e impressa, que fizeram uma cobertura vergonhosa das eleições, em que supostos jornalistas revelaram os ativistas políticos que no fundo eram e são, seguem ignorando ou minimizando os protestos, na esperança de que se deixarem de falar deles, eles vão simplesmente desaparecer. Mas não vão. O Presidente Bolsonaro, exceto por um breve pronunciamento na semana passada, segue em silêncio mais de uma semana depois, o que para alguns é sinal de estratégia e para outros uma postura de abandono da posição de comando. Diante de tudo isso, a população pergunta: *O que devemos fazer agora? O que deve ser feito?* Antes de tudo é preciso deixar claro que essa não é uma luta pelo político “A”, ou pelo político “B”, essa é uma luta pelo Brasil e para que possamos manter as nossas liberdades. Não é uma luta por alguém especial, é por nós, é pelo nosso futuro. Há anos o Supremo Tribunal Federal tem sido o agente disseminador do caos no nosso País, um

tribunal integrado por Ministros sem voto, mas que resolveu administrar o Brasil por conta própria e subjugar os demais poderes e a nossa própria população em favor de uma ideologia, de uma agenda política muito clara. Sob o pretexto de defender as nossas instituições, o Supremo Tribunal Federal as têm subjugado. Sob o pretexto de defender a democracia, o Supremo criou uma verdadeira ditadura judicial, e entre todas as liberdades que o Supremo Tribunal Federal está atacando, nenhuma delas têm sofrido mais do que a liberdade de expressão. Ontem mesmo tiraram do ar uma rede social do Ex-Secretário do Tesouro Nacional, Marcos Cintra, economista respeitado, Vice-Presidente da FGV, e que foi candidato a Vice-Presidente nas últimas eleições presidenciais. Ele não é bolsonarista, aliás, disputou as eleições contra o Bolsonaro, aparentemente nunca praticou qualquer ato golpista, é um economista respeitado, mas está sujeito à multa caso repita uma opinião, e deve ser ouvido pela Polícia Federal nas próximas horas, se é que não foi ouvido hoje de manhã. E qual foi o crime que ele cometeu? Mostrar-se preocupado com a lisura do processo eleitoral e pedir averiguação de uma denúncia. Tudo foi feito naquele absurdo e ilegal inquérito do fim do mundo em que os Ministros do Supremo Tribunal Federal são vítimas, Promotores e Juízes ao mesmo tempo. A violência contra Cintra já virou diária no País, o STF e o TSE já fizeram o mesmo com várias pessoas, antes, durante e depois do processo eleitoral, incluindo Deputados Federais que gozam da imunidade parlamentar assegurada na Constituição. E não houve qualquer crime nas manifestações de Cintra ou dos outros cidadãos que estão sendo perseguidos pelo STF. Liberdade de expressão é um direito contramajoritário, ele existe independentemente do fato de a maioria concordar ou achar desagradável aquilo que está sendo dito. E esse direito tem um fundamento utilitário claro de fazer com que as ideias divergentes possam disputar entre si e as melhores prevalecerem. As grandes democracias do mundo foram forjadas na liberdade de expressão. Não tivesse havido essa garantia, o mundo jamais teria evoluído política, econômica, científica e socialmente, já que as mesmas ideias permaneceriam para sempre. E Cintra não disse nenhum absurdo. Aliás, ele tem razão, é claro que a população tem direito de se preocupar com a lisura do pleito. O momento

que o País vive é gravíssimo. Um grupo que assaltou os cofres públicos se prepara para voltar ao Poder. Grupo que, por cinismo ou maldade, nunca admitiu o que fez de errado no passado. Nunca fez autocrítica. Voltará ao Poder com os mesmos comandantes. E, ao que tudo indica, com uma enorme sede de vingança. Esse grupo voltará ao poder empoderado por políticos corruptos, covardes, eleitos com a força do dinheiro da corrupção. Uma imprensa que defende a censura e um tribunal ditatorial que censura, multa e até prende por crime de opinião. E não sabe por que a população está na rua protestando? Aliás, quando vocês ouvem uma série de pessoas que está participando do esquema há muito tempo defender, de boca cheia, a democracia ou as instituições, desconfiem. Desconfiem e escondam a carteira. Precisamos acabar com isso. Nossa voz precisa ser ouvida. Há muita gente protestando na frente de quartéis pacificamente, com amparo na Constituição. Sei que a maioria das pessoas que está lá por quê? Justamente, a maioria das pessoas está lá e protesto se faz em conjunto e não isoladamente. Mas parece claro que as Forças Armadas não vão, não querem, nem devem querer atuar. A não ser, claro, em caso de fraude comprovada. O processo de transição para o novo Governo já começou, inclusive, Bolsonaro, aparentemente, já conversou com o STF sobre isso. Então, o que devemos fazer? Acredito se a gente queira deixar um legado efetivo para o nosso País, nossa voz precisa ser ouvida em Brasília, onde está o STF e o TSE. Acredito que os protestos devem ter por foco o *impeachment* ou a renúncia dos responsáveis por colocar o Brasil no caos. Senhores manifestantes, vão até Brasília, visitem a Praça dos Três Poderes, protestem em frente ao STF, coloquem milhões nas ruas e só deixem de protestar depois do *impeachment* ou da renúncia dos Ministros responsáveis por colocar o Brasil no buraco. Tenho certeza de que o sistema não vai aguentar. Façam tudo pacificamente como sempre fizeram, sempre. É uma pena que depois de 7 de setembro do ano passado tenha havido um pedido de desculpa para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Nunca entendi porque isso aconteceu, porque depois daquilo os Ministros do Supremo, O Ministro Alexandre de Moraes, na frente, dobrou toda a aposta e ganhou todas as apostas. E se ninguém o parar vai continuar dobrando todas as apostas e vai ganhar todas

de novo. Não é certo ocupar o prédio do STF. Isso é errado. Isso é coisa no MST. Mas, se por acaso isso acontecer, o STF estará vinculado a um dos seus novos precedentes absurdos, daqueles tantos sedimentados por conta da ideologia de seus Ministros, segundo qual, em caso de invasão coletiva, antes de dar cumprimento da ordem de reintegração, é preciso montar uma comissão e ouvir a Defensoria, o Ministério Público e os órgãos fundiários. Então, se isso acontecer, e esse tipo de precedente do STF talvez seja para dar poder de barganha e tempo para invasor de terra rural ou urbana, o STF também vai ter que seguir esse precedente. Vejam só como ironicamente as decisões do STF nunca produzem efeito, só para os outros. Elas prejudicam o País inteiro, inclusive o próprio Tribunal. E para quem acha que os protestos estão sendo em vão, repito, não estão. No mínimo eles passam um recado justo, belo e moral de que a paciência da população está esgotada, antes mesmo do início do próximo mandato. Que o novo Governo terá a maior oposição que se tem notícia e que não termina o mandato caso radicalize ou enfie o País em uma crise moral e financeira, como fez da última vez. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Solicitamos ao nosso 1.^º Secretário, Deputado Romanelli, que faça a leitura de três mensagens que chegaram a esta Casa do Executivo. Deputado Romanelli, temos aqui mais três para V.Ex.^a fazer a leitura.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, se o senhor me passar depois, já faço a leitura. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, recebemos a Mensagem n.^º 89/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 469/2022), onde ele, em regime de urgência, requer que esta Assembleia Legislativa analise Projeto de Lei que cria o *Programa Educa Juntos* no Estado do Paraná, com relevância de programa social, em regime de colaboração com os municípios, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e de Esporte. Trata-se de proposta que visa alcançar um sistema educacional que entrelace os esforços do Estado do Paraná com seus

municípios para fortalecer as políticas públicas educacionais de todo o território estadual, com ênfase na alfabetização, respeitada a autonomia de cada ente federado. Obviamente irá à Comissão para análise. Ainda a Mensagem n.º 90/2022, também assinada por sua excelência o Governador do Estado Ratinho Junior, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 470/2022**), requerendo que seja apreciado em regime de urgência, nos termos do §1.º do art. 66 da Constituição do Estado, Projeto de Lei que cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba. Trata-se de medida que pretende dar cumprimento às recomendações impostas à Comec pelo Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista a natureza jurídica do Conselho como órgão interfederativo, o que impõe a sua criação por meio de lei, conforme previsão do art. 23, IV, e do art. 66, ambos da Constituição do Estado do Paraná. Ainda, Mensagem n.º 91/2022, também assinada por sua excelência o Governador do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 471/2022**), que requer que seja apreciado em regime de urgência, conforme o art. 66 da Constituição, o Projeto de Lei que institui o Programa Colégios Militares do Estado do Paraná e que revoga parcialmente a lei anterior a respeito do programa, a n.º 2.338, e altera dispositivo da n.º 19.130, uma de 2020 e outra de 2017. O Programa dos Colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná apresenta um modelo de gestão nas áreas educacionais, didáticas, pedagógicas e administrativas com a participação do Corpo Docente das escolas e o apoio dos militares da reserva, que formam o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários, com o objetivo de ofertar educação básica de qualidade, promover o desenvolvimento do ambiente escolar adequado e promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem. O objetivo do Projeto é efetivamente aperfeiçoar o programa já existente. Ainda também assinada pelo Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, a Mensagem n.º 92, em que submete a este Poder Legislativo a homologação do Decreto n.º 12.519, que objetiva promover alterações no regulamento de ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 7.871, internalizar o Convênio de ICMS n.º 202, de 13 de dezembro de 2019, celebrado no âmbito do Confaz, que autoriza a isenção em operações com

máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças quando adquiridos para construção e ampliação de terminais portuários marítimos localizados no Paraná. Também, Sr. Presidente, Mensagem n.º 93/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 472/2022**), que submete a esta Casa Projeto de Lei que visa alterar as Leis n.ºs 8.189, 16.336, 16.337, 16.992, 16.996, 17.822 e 19.318, que autorizavam o Poder Executivo a efetuar doações aos municípios de imóveis: Mariluz, Altônia, Jardim Alegre, Porecatu, Figueira, Rolândia, Engenheiro Beltrão. A proposta visa alterar a lei, também a Lei n.º 20.054, que autorizou o Poder Executivo a efetuar cessão de uso gratuito de imóvel no município de Figueira e uma série de outras leis, não se tratando de nenhuma despesa direta ou indireta, a presente Mensagem. Além disso, ainda, Sr. Presidente, Mensagem n.º 94/2022, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 473/2022**), também em razão da relevância da matéria, a necessidade de tramitação que o Projeto seja apreciado em regime de urgência nos termos do § 1.º do art. 66 da Constituição do Paraná. O Governador submete um Projeto de Lei que aumenta o capital social das centrais de abastecimento do Paraná no valor de R\$ 2 bilhões, com vista a custear a pavimentação de áreas, instalação de grades de metais e recuperação de gramado da unidade atacadista de Curitiba, com isso beneficiando todos os usuários e trabalhadores que utilizam da unidade. Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercílio, boa tarde. Cumprimentando V.Ex.^a cumprimento todos os Deputados e Deputadas. Cada vez que ouço algumas falas aqui, fico mais convencido do que nunca que parte da população brasileira foi enganada e está sendo motivada a ficar enganada por pessoas que deveriam ter o compromisso de estabelecer a verdade. Quem é da minha idade, aqui, sou do ano de 1978, estreou um seriado chamado, Deputado

Romanelli, “A Ilha da Fantasia”. Nesse seriado, o anfitrião era o Roarke, e tinha um anãozinho muito simpático, o Tatu. E lá você podia fazer um pedido e esse pedido era atendido e é isso que está na cabeça de parte da célula bolsonarista, que está promovendo inúmeras atividades que desrespeitam a democracia. Uns aqui usam o termo “atividade pacífica”. Pedir intervenção militar não é atividade pacífica; pedir a volta da ditadura não é atividade pacífica; trancar rodovias e queimar pneus não é atividade pacífica; agredir pessoas que passam com carro adesivado do seu concorrente eleitoral não é atividade pacífica. Atividade pacífica é outra coisa. É respeitar o resultado. O fato é que há uma semana das eleições encerradas no Brasil, mais de 60 milhões de pessoas deram o voto no Presidente Lula. Um recorde de votos da história de um Presidente no nosso País. A vitória de Lula foi comentada por todo mundo. Líderes de todas as matizes ideológicas saudaram quase que, imediatamente, a eleição para o terceiro mandato do Presidente Lula. O mundo respira aliviado hoje ao saber que a floresta vai voltar a ser protegida. O mundo respira aliviado ao ver a superação do Governo mais tosco que o País já teve. O mundo respira aliviado ao saber que o Brasil está de volta à cena internacional: de párea voltamos a ser protagonistas. Tanto é assim, que em dois dias após a proclamação do resultado, Lula já foi convidado para a COP27: a Conferência para o Clima da ONU. Na questão climática e na economia, a eleição de Lula traz um alívio e segurança ao mundo, justamente por saber que parte daqui a lógica do Governo: não será de passar a boiada de forma irresponsável e criminosa. Aliás, haja gente que lidou com tanto criminoso por pouco tempo neste País como o Governo Bolsonaro. Pelo contrário, vamos voltar a olhar para a floresta de forma responsável e cultivá-la de forma coerente. Precisamos explorar as suas potencialidades, sem destrui-la. Precisamos cuidar do povo que nela habita, sem condenar o mundo e as futuras gerações. Mas, infelizmente, não é só de bom senso de coerência que este País é formado. Se por um lado o Brasil e o mundo comemoram o retorno da grande e gigante civilização brasileira, por outro, a máquina de mentira bolsonarista parece mais ativa que nunca. O que assistimos na última semana foi o mais grotesco ataque ao processo eleitoral e à democracia brasileira. Vimos a máquina de *fake news*

estimular manifestações que não aceitam o resultado eleitoral. E, pasmem, tem Deputado eleito na urna eletrônica criticando a urna eletrônica! E que, se tivesse dignidade, antes de criticar a urna, renunciava o mandato, porque não acredita no voto da urna eletrônica. Mas, não, tumultua o processo, o desespero tomou conta. Faltam 55 dias para a insanidade ser varrida do Palácio da Alvorada e esse desespero faz com que a máquina bolsonarista de mentiras, a cada vez mais atinja mais pessoas. Olha, o que estamos vendo neste País é uma cena lamentável. Mais do que nunca, além de tentar tumultuar o processo, é tirar os olhos do Governo de transição que está acontecendo e está indicando que vai ter R\$ 400 bilhões de rombo. Não tinha dinheiro para continuar o Auxílio Brasil de R\$ 600,00, não tinha previsão de aumento do salário, não tinha programa social, mas, para isso, tem uma estratégia: vão incentivar as pessoas a não aceitarem o resultado. Foram contratar uma auditoria argentina para resolver o problema do Brasil. Criticam tanto a Argentina e contratam uma auditoria argentina. Criticam tanto a Venezuela, mas uma das urnas que Bolsonaro teve 100% dos votos, foi na Venezuela. É uma contradição atrás da outra e uma verdade sendo destampada a cada dia. Precisamos que se mude muito esse processo todo. Falam que as eleições foram fraudadas e concordo. Fraudadas mesmo. O Orçamento Secreto atrapalhou muito a eleição brasileira, a distribuição indiscriminada de dinheiro público – como mostrou uma reportagem no Mato Grosso, essa semana, comprova que houve fraude nas eleições. A Polícia Rodoviária Federal fazendo blitz e não deixando o povo nordestino ir votar comprova a fraude.

Deputado Tadeu Veneri (PT): O senhor me permite um aparte, na sequência, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): As redes, Deputado Tadeu, foram inundadas de mentiras e permanecem. E, ainda assim, perdeu! E agora recorre ao que mais sabe fazer: ao golpe. Manifestações antidemocráticas perdem força. Mas é preciso cuidar delas e não esquecê-las. Nesse sentido, estamos pedindo ao Ministério Público, ao Ministério Público Eleitoral, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério Público Federal que continuem investigando e punindo os culpados.

Nossa democracia é o nosso maior bem e não vamos deixar de defendê-la. Nossa liberdade é inalienável, mas, 215 milhões de brasileiros pressupõem a submissão de 215 milhões de brasileiros. Há uma regra para essa liberdade existir. Não podemos aceitar o desrespeito às leis como se isso fosse objeto de liberdade de expressão. O fascismo não vai prevalecer. Deputado Homero que me antecedeu fez uma fala aqui há três anos e lembro muito bem, porque ela foi muito forte e fiquei impactado. “Agora o Brasil tem que entender que as minorias têm que se submeter às maiorias.” Acho que o Deputado mudou de concepção, pelo jeito. Se as maiorias têm que prevalecer sobre as minorias, 60 milhões é maior do que 58 milhões, e o resultado deve ser respeitado. Deputado Tadeu.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado, Deputado Arilson. Não, só ouvi quando o senhor falou que Bolsonaro fez 100% dos votos, na Venezuela, será que ele conversou com o Maduro e fez um acordo? Porque a coisa é tão surreal que podemos dizer: Bolsonaro fez campanha na Venezuela por meio do Maduro! Aproximou-se tanto do Maduro que conseguiu fazer mais votos lá do que diziam que tinham feito em Manicoré. Mas em Manicoré eles também fizeram voto, fizeram 40%. Parece que 40% não são suficientes. Aí chamam, como falei, a “Greve Geral dos Sem Voto”. É a primeira greve geral que se faz porque não teve voto suficiente e reclamam que o comércio vai quebrar. Não sei exatamente o que esse povo tem na cabeça, agora parece que estão bastante perdidos. Agora estão lá no Bacacheri, uma barulheira do cão. Aí vem um menino que votou no Bolsonaro e me liga: “O que fazemos?”. Falei: Por que votou no Bolsonaro? Vai lá pedir para que parem de fazer barulho. É só isso! Fica lá o resto da vida.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sabe, Deputado Tadeu, o difícil para esse pessoal não foi contar mentira, foi fazer a mentira ficar de pé. E para isso foram contadas várias outras mentiras. E uma hora todo mundo sentou para tirar a história a limpo. E esse dia foi 30 de outubro passado, onde o povo brasileiro sinalizou que não aguentava mais, que está na hora de o Jair já ir embora e deixar o Brasil em paz. Mas não adianta só o Jair embora, a célula bolsonarista que espalha o ódio, o terror e o medo, e que quer dar golpe na democracia, precisa ser

varrida junto, mas não com a violência. Precisamos vencer esse povo desmentindo. Toda vez que um deles aparece nas redes sociais ou vem aqui falar mentira, vimos desmentir e mostrar o lado coerente da verdade. Quero só ver o ano que vem como será o comportamento a hora que o sigilo de 100 anos cair no chão, porque o medo é esse: é o fim do decreto do sigilo. É aí que está todo medo. O medo é o roubo dos R\$ 400 bilhões. O medo é de Jair embora, mas não para casa, para outro lugar. O medo está aí nesse processo. Por isso, toda essa insistência e essa luta para golpear a democracia, a jovem democracia brasileira.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Aqui, Presidente, não poderia deixar de elogiar a fala de V.Ex.^a hoje, colocando a importância de se reconhecer o resultado das urnas e respeitar o direito dos vencedores neste momento, que é que a democracia siga em paz, assim como seguiu em outros momentos. Em 2018, nós do PT perdemos as eleições. Na manhã do primeiro dia, o Haddad mandou parabéns ao Bolsonaro e se manifestou reconhecendo a derrota. Hoje, o cara que se elegeu Senador pelo Paraná esteve aqui, foi eleito pelas urnas, reconhecemos a eleição dele. Quando tivemos o processo, que não concordamos quanto ao Lula, o Lula se entregou à Justiça. Não fomos tacar fogo em rodovia e não fomos atirar caminhão para impedir a passagem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Deputado, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por isso o povo quis Lula de volta e traz a esperança e o brilho da nossa estrela. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aos amigos que nos acompanham aqui presencialmente, uma boa tarde a todos! Brevemente, colocar-me aqui à disposição de cada um dos senhores, nas cidades que estiverem, nos próximos dias, enquanto estiver aqui até na condição aqui também de Líder. E, de forma muito especial, quero tranquilizar, tranquilizar aqui até a demanda que veio por parte do Deputado Professor Lemos, aos professores que aqui estão, em relação a esse Projeto da educação. O Estado do Paraná tem esse propósito e esse objetivo, é claro, de trazer alternativas e soluções que possam sempre melhorar a qualidade do ensino e é evidente que nesse processo existe um campo de discussão, existe um campo de diálogo. Mas o que já está claro aqui é que em hipótese alguma se trata efetivamente de uma privatização, até porque isso demandaria uma legislação muito mais profunda, demandaria um processo muito mais aprofundado, e não é o caso. Então, o que se trata aqui efetivamente é, sim, de um suporte, de um apoio, quase que uma consultoria em alguns locais entre o público e o privado para que possamos evoluir, apresentando melhores condições, melhores estruturas de ensino para os alunos, na medida daquilo que realmente é possível, mas é claro: isso mantendo o diálogo. Até convido ao colega Deputado Professor Lemos, as dúvidas que tiverem, os apontamentos que tiverem, Professor, traga para nós. Faço questão, conhece meu trabalho, conhece a minha linha, e faço questão de podermos também aprofundar nisso e buscar uma equação que seja efetivamente boa para tranquilizar todos e ter um processo melhor para todos nós. É o que queremos para o nosso País, é o que queremos para o nosso Brasil. Relatar também aqui que no Estado do Paraná, neste momento, não temos nenhuma rodovia estadual que esteja bloqueada, um trabalho bem-feito, de diálogo, de discussão, de forma permanente, pela estrutura de quem está à frente, hoje, da pasta e também quem está à frente do comando. Então, o Estado do Paraná, neste momento, não tem nenhum tipo de bloqueio em rodovias estaduais. Então, era isso. Tinha...

Deputado Marcio Nunes (PSD): Tiago, um aparte.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Deputado Marcio Nunes, na sequência Deputado Ricardo Arruda.

Deputado Marcio Nunes (PSD): Não, Tiago, só... Agradeço o aparte, mas só quero falar exatamente sobre esse outro assunto. Recebi uma notícia agora que, infelizmente, no município de Umuarama, interditaram a rodovia.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Qual rodovia?

Deputado Marcio Nunes (PSD): Saindo de Umuarama para Cianorte. Neste momento, agora, está interditado. Queria pedir que cada um pode se manifestar livremente, como quiser. Não estou falando por causa de um milhão de votos, dois milhões de votos ou 10 milhões de votos, ou porque este Governo é bom, aquele foi ruim. Não é isso. O direito de se manifestar é de todos, tudo bem, pode se manifestar, vai para a praça, reúnem-se. Agora, impedir o direito de ir e vir isso é impossível. Hoje, estamos já com problemas em vários setores, várias pessoas de todo setor, do empresarial, de funcionários. Hoje, já tem empresa emitindo aviso-prévio para 120 funcionários, porque o ramo de frigorífico não sai, não chega, não tem como manter o abate, não tem como entregar a carne já para outros países fora do Brasil, contêineres parados, não tem condições. Então, queria pedir a todos que possam ter o entendimento mínimo. Não é sobre o resultado se é um milhão, Governo melhor, pior, não é isso, mas de garantir o direito de ir e vir das pessoas, não interditar as rodovias. Se cada um quiser se manifestar, não tem problema nenhuma, mas não impedir as rodovias. Também gostaria de pedir, se isso for verídico, que o Governo do Estado possa tomar providências nesse sentido de poder cumprir a decisão judicial, que é não possibilitar a interdição de rodovias.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Sim. Deputado Marcio, vou até buscar a informação, porque realmente o relatório que recebi aqui não apontava esse bloqueio, mas vou buscar a informação. Na sequência do Deputado Ricardo.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado, Deputado! Só para corrigir aqui algumas falas. Para variar, falas que não têm um pingo de verdade. Deputado Arilson disse que o orçamento secreto será desvendado. Já foi, Deputado Arilson. Agora, já não é mais orçamento secreto. A mídia já fala de emenda de relator. Tudo que o Presidente Bolsonaro falava. Sempre as narrativas mentirosas para enganar o povo, que sai da boca de petista. Aí ele falou aqui que o Haddad ligou imediatamente quando perdeu a campanha. Vou ler aqui a verdade: *Em 2018, Haddad não ligou para o Bolsonaro e evitou falar de derrota. Alguns dias depois, ele publicou no Twitter, aceitando a derrota.* Então, temos que combater mentira. O PT insiste em mentir. A população está indignada porque tem várias suspeitas aqui, que temos isso apurado. Lógico, o povo tem o direito de saber, pelo fato de nunca a população de bem aceitar alguém que foi julgado, condenado e preso. Ninguém vai aceitar um ex-presidiário como Presidente. Outra coisa que tinha que falar aqui, o Deputado... Lá em Londrina, o Prefeito Belinati fez uma declaração infeliz criticando as manifestações, falando um monte de bobagens. E ele é Prefeito de um município, de Londrina, que Bolsonaro teve 73% dos votos. Então, Prefeito Belinati, respeite a população, respeite a população de Londrina. O senhor é de esquerda, todo mundo sabe. O senhor é amigo do Lula, todo mundo sabe, mas não ponha a sua opinião infeliz para criticar um direito constitucional da população paranaense, que inclui aqui o município de Londrina. Então, recolha-se, Prefeito Belinati. Se não tem o que falar, não diga nada. Respeite o povo de Londrina.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Obrigado, Deputado Ricardo Arruda! Nelson, por favor.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Deputado Tiago, quero parabenizar pelo assunto que está tratando, a respeito das rodovias, e dizer que hoje, pela manhã, o pessoal me passou um vídeo dizendo que a rodovia está bloqueada, também, no Trevo de Realeza, trevo que liga Realeza a Marmelândia.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Rodovia estadual ou federal?

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Estadual. Rodovia estadual. Então, não saberia te dizer exatamente qual é o motivo do bloqueio, mas, segundo informações de alguns que lá residem, passaram-me que a rodovia foi bloqueada hoje pela manhã. Só para passar para V.Ex.^a. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Sabe dizer se é bloqueio total ou parcial? Porque algumas coisas de bloqueio parcial acho que ainda teria, mas...

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Pelo o que está na matéria e o contato é que estão bloqueando a passagem de caminhões.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Beleza. Ok. Deputado Guto, quer falar? Ok. Obrigado, Sr. Presidente. Era isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD),

Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (48 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Coronel Lee (PDC), conforme § 3.º Inciso I art 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Cantora Mara Lima (REP), Delegado Fernando Martins (REP), Evandro Araújo (PSD), Goura (PDT) e Marcel Micheletto (PL) (5 Parlamentares).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: *(Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 468/2022*, do Deputado Alexandre Curi, que institui o mês de conscientização, valorização e defesa das pessoas com nanismo, a ser celebrado anualmente no mês de outubro. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 41/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que determina a divulgação de informações de pacientes desconhecidos pelas unidades de Saúde do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. **(Sobre o Projeto: Emenda Modificativa de Plenário n.º 1**, dos Deputados Marcel Micheletto, Tiago Amaral, Michelle Caputo, Nelson Justus, Márcio Nunes, Élio Rusch, Luiz Fernando Guerra, Delegado Jacovós e Cobra Repórter.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Os Ministros Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luiz Roberto Barroso e Lewandowski estarão no Harvard Club, em Nova Iorque, no próximo dia 14, palestrando sobre: *Brasil e respeito à liberdade e à democracia*. Oportunidade imperdível para a comunidade brasileira em Nova Iorque. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Os Itens 2, 5, 6 e 7 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 2 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 217/2021, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Anibelli Neto (Anexo Projeto n.^º 291/2022, do Deputado Anibelli Neto), que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Pontal do Paraná, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 378/2022, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Shotokan Faxinal Karate-do (ASFK). Paracer Favorável da CCJ.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 388/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Judô Carlos Silva, com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 391/2022, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Tadeu Veneri, Goura e Requião Filho, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Nubia Rafaela Nogueira Algbti, com sede no município de Jacarezinho. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Mauro Moraes, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Gilson de Souza. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Paulo Litro e Soldado Adriano José (12 Deputados).]** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos. Estão aprovados os Itens 2, 5, 6 e 7.**

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 230/2022, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que institui o Dia Estadual do Terceiro Setor, a ser celebrado anualmente no dia 27 de maio. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Queria saber do Marcio Nunes se este terceiro setor aqui inclui aquelas ONGs da CPI, se estamos colocando junto no dia.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Só se for as tuas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda bem que temos repentistas a vontade aqui! Aqui tem nordestino repentista e gaúcho repentista. Ainda pendente o voto da Deputada Cristina. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Goura, Marcel Micheletto, Mauro Moraes e Paulo Litro (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 230/2022. Está aprovado o Item 3.****

Item 4...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): O Requião votou a favor ou contra?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 338/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do

Paraná ao Sr. Camilo Turmina. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Encaminhamos pela Liderança do Governo o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”. Voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana, o seu voto. Douglas Fabrício, seu voto. Michele Caputo. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (5 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Goura, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo e Paulo Litro (13 Deputados).]** Com 36 votos favoráveis e 5 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.^o 338/2022.**

Item 9. 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^o 32, de autoria da Comissão Executiva, que cria a comenda e a medalha de mérito do gabinete militar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná... Há um equívoco aqui! Para mim colocaram Item 9, não é? Então, não tem o 8. Cadê o 8? Então, ok, a Ordem está errada. Considera-se como Item 8.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 32/2022, de autoria da Comissão Executiva, que cria a Comenda e a Medalha de Mérito do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*, só para poder, enquanto a votação acontece. O jornalista Karlos Kohlbach, do *blog* Politicamente, informa que há no momento quatro pontos com bloqueios em rodovias estaduais, nenhuma federal. Ele informa isso aqui. Depois de ouvir a fala do nobre Líder Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): A informação que tenho é justamente o contrário, Deputado Romanelli.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): É o que ele me passou aqui, Excelência. Porque o tema é relevante mesmo! Inclusive, Deputado Tadeu, como é que é o canal mesmo do Ministério Público, para que as pessoas possam se comunicar? Acho que a Assembleia poderia até fazer um serviço de utilidade pública e informar na programação das redes o canal do Ministério Público.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Plantão do Ministério Público do Paraná: (41) 99108-8101.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Isso. Vamos repetir esse número inclusive.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): (41) 99108-8101.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Vou passar para todos depois.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Goura, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho e Tadeu Veneri (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 32/2022.**

ITEM 9 – Discussão única do Veto Total n.º 10/2022, ao Projeto de Lei n.º 184/2020, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que obriga os fabricantes de baterias automotivas, situados no Estado do Paraná, a incluírem indicador de carga nas baterias a serem comercializadas. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Para encaminhar, Deputado Turini.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, protocolamos este Projeto aqui na Casa em março de 2020 e estamos aqui em novembro de 2022, portanto este Projeto ficou tramitando durante dois anos e meio aqui na Casa. Sabemos que é de praxe aqui na Casa que as entidades que representam os vários segmentos da sociedade, a Fiep, por exemplo, a Fiep sempre se faz presente, principalmente nas reuniões da

Comissão de Constituição e Justiça. Durante todo o período em que o Projeto tramitou, não recebi, nem por parte de alguma entidade ligada ao setor dos fabricantes de baterias, nem da Fiep e nem de outro setor, nunca recebi qualquer representante para chamar a atenção que teria algum problema esse Projeto. O Projeto veio aqui para pauta, o Projeto foi votado e o Projeto, assim que ele foi aprovado, recebemos uma comissão dos fabricantes de baterias. Para o pessoal entender, este Projeto, o que ele pretende? Ele pretende que as baterias tenham marcador de carga, hoje, um dispositivo tão simples. Os nossos carros modernos têm tantos dispositivos, por exemplo, até se um pneu tem perda de pressão, o painel já indica. Temos tantos outros dispositivos. Queríamos apenas isso, porque achávamos, inclusive, que isso seria um diferencial para se vender bateria. Talvez o equívoco que cometemos é que não colocamos essa exigência para as baterias que são fabricadas fora do Estado do Paraná. Os fabricantes, os representantes dos fabricantes nos procuraram e eu disse para eles na ocasião que essa matéria tramitou, teve oportunidade de ser discutida e que, infelizmente, o tempo passou. Mas gostaria que eles pudessem encaminhar sugestões e poderíamos fazer as correções. Isso, infelizmente, não ocorreu. Eles dizem que isso pode causar prejuízo. Veio o veto. O veto, simplesmente, o Governo, a Procuradoria, disse que extrapola a capacidade ou, pelo menos, aquilo que diz respeito aqui à competência da Assembleia. Quero dizer para os Sr.^s Deputados que gostaria que fosse encaminhado algum Projeto futuro, nem que fosse das montadoras, para que resolvêssemos esse problema. Hoje, sabemos e quando, Deputado Tiago, fizemos esse Projeto, foi por sugestão da sociedade. As baterias hoje não dão mais sinais de que está terminando a carga. A pessoa fica no meio da rua. Quando é na área urbana ainda se resolve, mas pode ocorrer na rodovia ou em qualquer outro lugar. Então, se tivesse um marcador, acho que estariámos resolvendo, porque os carros modernos já não podem nem dar mais tranco neles, porque têm muitos componentes eletrônicos. Eu, eu, autor, vou votar contra o veto, mas queria deixar muito tranquila a vontade dos Deputados. Não quero prejudicar, não quero prejudicar ninguém. Por isso, tranquilamente, deixo à vontade para os Sr.^s Deputados se manifestarem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Deputados favoráveis à manutenção do veto votam com a expressão “sim”, os contrários com a expressão “não”. Votando.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, evidentemente quero pedir, solicitar a todos vocês, conforme já conversamos, a manutenção do veto. Sabemos que o Projeto, Deputado Tercílio, é um Projeto muito bom. O Deputado Tercílio é um Deputado muito sério e tem todo o nosso respeito, com certeza, mas nesse caso precisamos manter o veto. Temos o compromisso, sim, de continuarmos essa pauta com ele, até para que possa vir uma mudança, uma legislação em nível nacional, até porque sabemos da impactação que isso poderia trazer. Então, encaminho a todos vocês, com muito respeito ao Deputado Tercílio, assim já conversei com ele. Fiz questão de falar com ele de pronto. Peço o voto “sim”, pela manutenção do veto por parte dos Parlamentares.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”, para a manutenção do excelente Projeto do Deputado Tercílio. A Oposição, “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”, Sr.º Deputados, por gentiliza. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Douglas, Gilson, Mauro Moraes, Plauto Miró e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tiago Amaral (32 Deputados); Votaram Não: Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora**

*Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Plauto Miró e Tião Medeiros (13 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 9 votos contrários, **está aprovado o Veto Total n.º 10/2022. Está mantido o Veto.***

ITEM 10 – Discussão única do Veto Total n.º 11/2022, ao Projeto de Lei n.º 350/2021, de autoria dos Deputados Coronel Lee e Anibelli Neto, que denomina de Ponte Alevir Benedetti a ponte sobre o Ribeirão Paixão, localizada na Rodovia Heitor Alencar Furtado – PR-218, município de Amaporã. Com relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”, Sr.^s Deputados. Esse Projeto do Deputado Anibelli, já conversamos com ele, há apenas um erro formal em parte do Projeto, mas a denominação será assim feita e não está sendo interferida aqui pelo veto. É apenas para retirada de um documento, que foi anexado de forma equivocada, um documento que não poderia estar lá. Então, é apenas isso, mas já está tratado com o Deputado Anibelli. O resultado e o objetivo do Projeto serão atendidos. Então, é “sim” ao voto parcial.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”. Voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano,

Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Veto Total n.º 11/2022. Está mantido o Veto.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimentos n.ºs 3313 a 3315/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao casal Pastor Paulo Sérgio de Souza e Irmã Eunice Lopes da Silva Souza; à Igreja “Reviver Church”; e ao Círculo de Oração Orvalho de Hermon; **Requerimento n.º 3316/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo medidas para desbloqueio das estradas do Paraná; **Requerimento n.º 3317/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado requerendo a desobstrução das estradas e cumprimento de ordem judicial, e pedido de reunião em caráter de urgência; **Requerimento n.º 3319/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o envio de expediente ao Ministério Público Federal, referente à notícia de ato ilícito, em tese, no Instituto Federal do Paraná, Campus Astorga; **Requerimento n.º 3323/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de certificados de menção honrosa à atleta Letícia Saltori, que levou o Brasil ao pódio no circuito mundial do One Hundred, na Itália; **Requerimento n.º 3327/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Nery Humberto Sguarizi, em 2 de novembro de 2022; **Requerimentos n.ºs 3329 a 3354/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o

envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: José Acyr de Paula; Lazaro Arlindo da Silva; Florinda Cândida da Silva Santos; Iolanda Pereira dos Santos Munkemer; Iracema Rodrigues Betim; Paulina Saibert; Francisco Acir Moreira; Leonel de Matos; Odilon de Marins Paulino; Gregório Conrado Neto; João Saievicz; Roque Romualdo; Geovan Bertoldo Silverio; Antonio Rodolfo Wosgrau; Darcy Vieira; Daisi Opata; Jacira de Goes Coelho; Lori de Jesus Pinheiro; Cleuza Rodrigues Moura; Zaira Figueira da Costa; Dione Nossen; Eodete Proença; Luciane Mello dos Santos; Maristela Iurk; Dione Nazareth Deodato; e Maria da Luz Mendonça; **Requerimento n.º 3355/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Hospital Evangélico de Londrina, em comemoração aos 74 anos de compromisso com a vida; **Requerimento n.º 3356/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo ação urgente da recuperação total do Contorno Norte de Rolândia.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 3318/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando a sua inclusão como coautor no Projeto de Lei Ordinária n.º 647/2021, de autoria do Deputado Ricardo Arruda; **Requerimento n.º 3320/2022**, dos Deputados Soldado Adriano José e Ricardo Arruda, solicitando a sua inclusão como coautor no Projeto de Lei Ordinária n.º 719/2021, de autoria do Deputado Ricardo Arruda; e **Requerimento n.º 3324/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a autorização para se ausentar do país no período de 7 a 18 de novembro de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º**

3321/2022, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de outubro de 2022; **Requerimento n.º 3325/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 31 de outubro de 2022; **Requerimento n.º 3328/2022**, do Deputado Coronel Lee, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 7 a 9 de novembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 3322/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 31 de outubro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 3326/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 31 de outubro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, terça-feira, dia 8 de novembro de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 523/2020 e 287/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 217/2021, 230/2022, 338/2022, 378/2022, 388/2022 e 391/2022 e do Projeto de Resolução n.º 32/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 272/2021 e 395/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h46, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)